



**ACÓRDÃO Nº1145/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11643/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha – FAPESB.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Nazaré Lima Reis (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Klelson Alves da Silva - OAB/AM 10922.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4812/2020-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha – FAPESB. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha - FAPESB, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade da **Sra. Nazaré Lima Reis**, Gestora do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha - FAPESB e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** à **Sra. Nazaré Lima Reis**, Gestora do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha - FAPESB e Ordenadora de Despesas, à época, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), na forma prevista no artigo 1º, XXVI, da Lei nº.



**ACÓRDÃO Nº1145/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

2423/1996 – LOTCE/AM, nos termos do artigo 54, inciso VI, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 308, inciso VI, do RITCE, pelo cometimento das impropriedades listadas no voto; e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Considerar em Alcance a Sra. Nazaré Lima Reis**, Gestora do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha - FAPESB e Ordenadora de Despesas, à época, no valor de **R\$ 237,08** (duzentos e trinta e sete reais e oito centavos), nos termos do artigo 304, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, em razão dos débitos demonstrados na fundamentação deste Voto; e **fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da Glosa, na esfera Municipal para o órgão Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha – FAPESB, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

**10.4. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite reincidir nas impropriedades relacionadas na Fundamentação do Relatório/Voto, corrigindo-as em futuras prestações



**ACÓRDÃO Nº1145/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

de contas, quais sejam:

**10.4.1** Ausência de Lei Específica (quadro de pessoal). O FAPESB, Autarquia, Pessoa Jurídica de Direito Público, não tem quadro próprio de pessoal. Há apenas a Diretora-presidente (cargo comissionado), que conta com o auxílio por um servidor público disponibilizado pela prefeitura, em descumprimento ao Artigo 37, incisos I, II e V; Artigo 39, § 1º, incisos I, II e III;

**10.4.2** Ausência de relatório circunstanciado das viagens, referentes às Portarias 01/208-GPFAPESB e 774/2018 – GPMB, que designaram viagens ao município de Parintins e Manaus, bem como documento comprobatório visita, concernente a Portaria 774/2018 – GPMB, além da ausência de Notas de Empenho. Portarias e pagamentos;

**10.4.3** A Comissão de Inspeção detectou recolhimentos a maior das contribuições patronal e dos servidores no exercício. Todavia ressalta-se que as folhas de pagamentos (base de cálculo) estão a menor em relação aos valores mensais informados na prestação de contas. Resumo mensal das folhas de pagamento; Extrato de Conta Corrente e Guias de Recolhimento – RPPS;

**10.4.4** Foi observado que os recolhimentos das contribuições patronal do FAPRESB, não ocorreram e/ou não foram devidamente contabilizados, no decorrer do exercício, conforme documentos encaminhados a comissão de inspeção, bem assim demonstrado na prestação de contas. Resumo mensal das folhas de pagamento; Extrato de Conta Corrente e Guias de Recolhimento – RPPS;

**10.4.5** No decorrer do exercício, o município de Barreirinha adotou para recolhimento previdenciário as alíquotas 13,56% e 8,54%, respectivamente, patronal e suplementar, conforme indicação do Relatório Avaliação Atuarial. No entanto, não se identificou Lei que regulasse tal matéria. Assim, é possível que o Poder Executivo, Poder Legislativo e o próprio FAPESB tenham efetuados recolhimentos com a alíquota majorada dessa espécie de tributo sem amparo legal. Ausência de Lei Específica; Resumo mensal das folhas de pagamento; Guias de Recolhimentos – RPPS, em descumprimento ao artigo 150, inciso I, Constituição da República;

**10.4.6** Identificou-se que período de recolhimento das contribuições previdenciárias ocorre entre os dias 15 e 22 de cada mês, divergindo da Lei Municipal nº 071/2007, que prevê o recolhimento até o



**ACÓRDÃO Nº1145/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

quinto dia útil do mês subsequente. Guias de Recolhimentos – RPPS e Comprovantes de Transferências Bancária, em descumprimento ao § 8º do artigo 42, da Lei Municipal 071/2007;

**10.4.7** Justificar quais providências foram tomadas, concernentes à falta da Prefeitura Municipal, por deixar de repassar os valores ao FAPRESB, em descumprimento ao art. 1º, II, da Lei Federal nº 9.717/98; e arts. 1º e 2º, inciso II, da Lei Municipal nº 071/2007;

**10.4.8** Várias foram às divergências encontradas nos Relatórios de Irregularidades – DIPR, a exemplo dos valores repassados das contribuições do Ente ("patronal"), relativos aos servidores, estão inferiores aos efetivamente devidos, considerando os valores obtidos pela multiplicação das bases de cálculo informadas no DIPR pela alíquota cadastrada. Relatório de Irregularidade – DIPR (6º bimestre), descumprindo o art. 9º, I, da Lei 9.717/98 c/c art. 5º, XVI, "h", e §§§ 5º, 6º, II, e 10, da Portaria MPS nº 204/08, e arts. 6º da Portaria nº 402/08; art. 3º, Resolução TCE/AM nº 08/2011;

**10.4.9** O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP do município de Barreirinha encontra-se emitido por meio de decisão judicial, fato que atesta o não cumprimento, pelo município, no exercício 2017, dos critérios e exigências da Lei Federal nº 9.717/98 e demais normativos do Ministério da Previdência Social – MPS, descumprindo o art. 7º da Lei Federal nº 9.717/98; art. 1º do Decreto nº 3.788/01 e art. 5º da Portaria MPS nº 204/08; e arts. 27 e 28, Portaria MPS nº 402/2008;

**10.4.10** A Comissão de Inspeção identificou a existência de um Site (<http://portaldatransparencia.org/fapesb/>). No entanto, o mesmo não está sendo adequadamente alimentado com as informações do FAPESB. Detectou-se que somente os Links referentes a receitas e despesas foram alimentados, descumprindo o art. 1º, VI, da Lei Federal nº 9.717/98; art. 12 da Portaria MPS nº 402/08; art. 2º, IV e VI, Lei Municipal nº 071/2007;

**10.4.11** O Diretor-Presidente do FAPESB não possui certificação organizada por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais. Ausência de certificado comprobatório, descumprindo os arts. 6º, IV, e 9º, I, Lei Federal nº 9.717/98 c/c art. 2º, Portaria MPS nº 519/2011; art. 43, Parágrafo Único;

**10.4.12** O Comitê de Investimentos do FAPESB não foi devidamente constituído. Ausência de Ato Normativo constituindo o Comitê de Investimento, em descumprimento ao art. 6º, IV, da Lei



**ACÓRDÃO Nº1145/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Federal 9.717/98 c/c art. 3º-A, da Portaria MPS nº 519/2011;

**10.4.13** Foi observado que o ente federativo, por meio do FAPESB, não elaborou e não encaminhou ao Ministério da Previdência Social, os seguintes demonstrativos, nos prazos exigidos pela legislação pertinente. Ausência dos demonstrativos no FAPESB, descumprindo os art. 1º, Parágrafo Único, art. 6º, IV e VI, da Lei nº 9.717/98, art. 5º, XVI, “g”, § 6º, IV, da Portaria MPS nº 204/08; art. 22 da Portaria MPS nº 402/08; art. 1º da Portaria MPS nº 519/11. Art. 1º, Parágrafo Único, art. 6º, IV, da Lei Federal nº 9.717/98, art. 5º, XVI, “d”, § 6º, II, Portaria MPS nº 204/08 e art. 22 da Portaria MPS nº 402/08 e art. .76 da Lei Municipal nº 1126/2016;

**10.4.14** Não se identificou, integralmente, quais providências do FAPESB e a Prefeitura de Barreirinha tomaram para equacionar o déficit atuarial do fundo, descumprindo os art. 1º, I, da Lei 9.717/98; art. 8º, Portaria MPS nº 402/2008; arts. 17, 18 e 19, Portaria MPS nº 403/2008; arts. 2º, inciso I, Lei Municipal nº 071/2007;

**10.4.15** Na base de cálculo utilizada para o desconto das contribuições previdenciárias (patronal e servidor) dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Barreirinha constam: adicional de férias, vantagens de férias, gratificação de localidade, além de função comissionada. Fato que contraria a legislação vigente, descumprindo os art. 1º, II e III, Lei Federal nº 9.717/98; art. 4º, §1º, IV, VIII, X, XI e XII, e §2º da Lei Federal nº 10.887/2004; art. 4º, §1º, Portaria MPS nº 402/2008; art. 29, §1º, ON MPS nº 02/2009; art. 42, §3º, da Lei Municipal nº 071/2007.

**10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 9 de Dezembro de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em substituição), Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**13.1. Declaração de Impedimento:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho (art. 65 do Regimento Interno).

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

**ACÓRDÃO Nº1145/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Elissandra Monteiro Freire  
Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Presidente, em substituição

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição